



RELATÓRIO E CONTAS

2006

AGROGARANTE – SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA, S.A.

RUA JOÃO MACHADO N° 86 • 3000 – 226 COIMBRA • TEL 239 854 310 • FAX 239 854 319

AGROGARANTE@AGROGARANTE.PT • WWW.AGROGARANTE.PT

CAPITAL SOCIAL € 6 000 000 • NIPC 506 925 650 • CRC COIMBRA 506 925 650

RELATÓRIO E CONTAS DE 2006

RELATÓRIO E CONTAS DE 2006

I.	Órgãos Sociais	3
II.	Relatório do Conselho de Administração	4
III.	Demonstrações Financeiras	20
	- Balanço Analítico em 31 de Dezembro de 2006	
	- Demonstração de Resultados Líquidos de 2006	
	- Notas anexas ao Balanço e Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2006	
IV.	Relatório e Parecer do Fiscal Único	33
V.	Certificação Legal de Contas	34

I. ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

- Presidente:** IFADAP, representado por António José Luz Teixeira de Almeida
- Vice-Presidente:** Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo, representada por José Alberto Galo Vareda
- Secretário:** Banco BPI, representado por Maria Isabel Soares Alvarenga de Andrade Correia de Lacerda

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

- Presidente:** José António Ferreira de Barros
- Vice-Presidente:** IFADAP, representado por José Egídio Barbeito
- Vogais:** José Fernando Ramos de Figueiredo
Mário Manuel Garcia Faria Gaspar
Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo, representada por Carlos Alberto Rodrigues Alexandre

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente:** José António Ferreira de Barros
- Vogais Executivos:** Mário Manuel Garcia Faria Gaspar
Carlos Alberto Rodrigues Alexandre

Fiscal único:

Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A., representada por António Augusto dos Santos Carvalho

II. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

INTRODUÇÃO

A Agrogarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. foi constituída em 22 de Junho de 2006, em cerimónia pública que reuniu mais de uma centena de empresas com actividades no sector agro-florestal, os principais bancos com operações em Portugal, e o IFADAP – Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas, tendo arrancado com um capital social de seis milhões de euros.

Com sede em Coimbra, tornou-se, conjuntamente com a Norgarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., com sede no Porto, com a Lisgarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., com sede em Lisboa, e com a Garval – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., com sede em Santarém, uma das quatro Sociedades de Garantia Mútua a exercer a sua actividade em Portugal.

ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

Durante o segundo semestre de 2006, foi preocupação da Administração criar todas as condições que viessem a permitir um arranque eficaz da actividade logo no início de 2007.

Assim, foi feita a selecção e o recrutamento da equipa de pessoal, tendo sido solicitada a SPGM para colaborar activamente no processo de formação inicial dos recursos humanos da AGROGARANTE, disponibilizando as suas equipas para acompanhamento dos mesmos nos períodos de estágio iniciais, facilitando a sua tomada de contacto com a garantia mútua, do ponto de vista da legislação, regulamentos, práticas e ferramentas, sobretudo sistemas de informação, existentes no seio do Sistema. Também as Sociedades de Garantia Mútua Garval e Norgarante colaboraram activamente naquele processo de formação dos quadros da Agrogarante, na vertente mais operacional do negócio, e na análise de risco das operações.

Tratou-se de um período muito importante, uma vez que a AGROGARANTE poderá, deste modo, iniciar a sua acção contando com quadros já com um mínimo de experiência e

conhecimento específicos desta nova actividade, sem prejuízo da própria especificidade e problemática da abordagem de um sector completamente novo e com condicionantes particulares.

Também, e conforme previsto, foram adquiridas instalações adequadas, tendo sido aproveitado o segundo semestre de 2006 para proceder às adaptações aconselhadas para corresponder às necessidades operacionais da Agrogarante.

Não se registou, assim, em 2006, qualquer actividade operacional da Sociedade, pelo que a totalidade dos custos verificados se ficam a dever ao recrutamento e formação da equipa já referidos, e a despesas relacionadas com a aquisição das instalações, em leasing, e a obras de adaptação nas mesmas.

Os proveitos verificados resultam, na sua totalidade, de rendimentos de aplicações financeiras do capital social realizado.

Como previsto, o início da actividade da Agrogarante deu-se em Janeiro de 2007 e tem vindo a ocorrer numa fase de alguma adversidade, em que à incerteza da conjuntura económica, internacional e nacional, se associa uma crise de confiança dos consumidores e dos empresários, patente na redução do consumo privado e do investimento, bem como alguma restrição do crédito concedido a empresas. Estes factores vieram, no entanto, enfatizar a importância da Garantia Mútua no financiamento das micro, pequenas e médias empresas portuguesas, particularmente nos sectores agrícola e agro-florestal

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A economia mundial está, sem dúvida, a atravessar uma fase de reequilíbrio do crescimento entre as diferentes zonas económicas. De facto, as recentes evoluções sugerem uma redução das divergências das conjunturas, constatável no registo de um abrandamento nos Estados Unidos e no Japão e de uma retoma na Europa, embora, quer num lado quer noutro, a ritmos relativamente erráticos.

Quadro 1 – Taxa de Crescimento do PIB (%)

	2004	2005	2006 ^P	2007 ^P	2008 ^P
Área Euro	1,7	1,5	2,6	2,2	2,3
Japão	2,3	2,7	2,8	2,0	2,0
Estados Unidos	3,9	3,2	3,3	2,4	2,7
OCDE	3,2	2,7	3,2	2,5	2,7
Portugal	1,2	0,4	1,3	1,5	1,7

Fonte: OCDE.

Quadro 2 – Taxa de Desemprego (%)

	2004	2005	2006 ^P	2007 ^P	2008 ^P
Área Euro	8,9	8,6	7,9	7,4	7,1
Japão	4,7	4,4	4,2	3,9	3,6
Estados Unidos	5,5	5,1	4,6	4,8	5,1
OCDE	6,7	6,5	6,0	5,8	5,7
Portugal	6,7	7,7	7,5	7,4	7,0

Fonte: OCDE

Quadro 3 – Taxa de inflação (%)

	2004	2005	2006 ^P	2007 ^P	2008 ^P
Área Euro	1,9	1,9	1,8	2,0	2,0
Japão	-1,2	-1,4	-1,0	0,2	0,6
Estados Unidos	2,8	3,0	2,9	2,6	2,6
OCDE	2,4	2,1	2,2	2,2	2,1
Portugal	2,8	2,7	2,0	1,8	1,8

Fonte: OCDE

Até agora, as economias da OCDE beneficiaram de um longo período de crescimento sustentado e de uma fraca inflação, mesmo enfrentando um aumento dos preços do petróleo e das matérias-primas. Esta tendência, muito favorável, foi apoiada por uma moderação prolongada do crescimento dos salários, fonte de estabilidade dos preços, de reforço de proveitos e de criação de

emprego no conjunto da região OCDE.

✓ Estados Unidos da América

De acordo com o último relatório de conjuntura económica da Reserva Federal, a actividade económica aumentou a um ritmo modesto em Dezembro e início de Janeiro. De facto, o crescimento da produção abrandou, depois de ter apresentado taxas elevadas anteriormente. A análise dos dados sectoriais mais recentes evidencia, por sua vez, um abrandamento ligeiro da actividade nos serviços e indústria, mantendo-se a evolução desfavorável na construção. De facto, esta última apresentou uma taxa de decrescimento elevada, embora aparentando um carácter temporário, pelo que o crescimento do PIB deverá, em breve, retomar a um ritmo vigoroso.

A inflação tendeu a aumentar, em parte, devido à repercussão do aumento do preço dos bens energéticos sobre os preços dos outros produtos e serviços. Excluindo as componentes de energia e alimentação, prevê-se que o crescimento do índice de preços no consumidor virá a reduzir-se em 2007, situando-se em 2,6%. Consequência deste relativamente elevado nível da taxa de inflação, a política monetária actual tem vindo a ser ligeiramente restritiva. Reduções das taxas de juro serão uma hipótese assim que a inflação venha a desenhar uma tendência de decréscimo.

O défice orçamental da administração federal tem vindo a diminuir, prevendo-se que venha a manter-se próximo dos 2% do PIB em 2007. De acordo com o Departamento do Comércio, o défice da Balança Corrente norte-americana continuou a aumentar no terceiro trimestre de 2006, em resultado da obtenção de um saldo mais negativo nas balanças de bens e serviços e de rendimentos.

A taxa de desemprego nos Estados Unidos manteve-se em 4,5% no mês de Dezembro, tendo registado um valor médio de 4,6% em 2006, o mais baixo desde 2000. Os inquéritos efectuados às empresas demonstram uma redução do número de postos de trabalho na indústria e na construção, continuando o sector dos serviços a apresentar um crescimento do volume do emprego.

Perante este cenário de final do ano de 2006, será importante referir que os últimos indicadores avançados para a economia norte-americana apontam, em termos gerais, para um andamento mais favorável da actividade económica em 2007.

✓ Japão

A retoma económica actual, a mais longa desde o pós-guerra no Japão, transformou-se numa fase de expansão autónoma induzida pela procura interna privada, que tenderá a persistir e a aproximar-se de 2% em 2007 e 2008, graças ao investimento dinâmico das empresas (alimentadas por níveis de lucros recordes) e ao consumo privado.

A taxa de inflação homóloga do Japão reduziu-se em Novembro, pelo segundo mês consecutivo, consequência do menor ritmo de progressão dos preços das componentes alimentar e energética. Para 2007, prevê-se que a inflação venha a apresentar um ligeiro aumento.

Não se prevê que o Banco do Japão venha a aumentar as taxas directoras a curto prazo, sobretudo antes que a inflação se torne claramente positiva e que o risco de deflação seja percebido como longínquo.

Entidades reputadamente conhecedoras da economia nipónica, e independentes, mencionam a necessidade, cada vez mais latente, de ser promovida uma reforma estrutural ampla na economia deste país, incluindo uma reforma dos principais regulamentos dos diversos sectores, que têm vindo a sustentar o crescimento económico num contexto de rápido envelhecimento da população.

Em Novembro observou-se uma descida da taxa de desemprego nipónica para 4%, igualando o mínimo de vários anos atingido em Maio, prevendo-se que a mesma continue a baixar ao longo dos próximos anos. A informação mais recente aponta para um abrandamento menos favorável da actividade económica no início de 2007. O índice de confiança dos consumidores recuou para um mínimo de mais de um ano em Dezembro, sugerindo que o comportamento do consumo privado se poderá deteriorar.

✓ Zona Euro

Na Europa, nem a valorização da moeda, nem o esperado aumento da carga fiscal (sobretudo o imposto sobre o valor acrescentado) na Alemanha, a partir de Janeiro, têm abalado a confiança dos investidores, num período em que o presidente do Banco Central Europeu prepara o mercado para uma nova subida das taxas de juro em 2007.

Após vários falsos alarmes, a retoma económica parece ter-se instalado finalmente. No primeiro semestre de 2006, a actividade evoluiu a um ritmo positivo sem precedentes desde há vários anos. As exportações e o investimento foram os principais motores, mas também o sector das famílias tem vindo a estimular a despesa. O consumo privado deverá alimentar a prazo a retoma, ocupando o investimento das empresas e a construção civil um papel mais apagado face ao que acontecera ao longo dos últimos meses. O PIB deverá aumentar a uma taxa estimada de 2,2% - 2,3% em 2007 e 2008.

A expectativa de se vir a testemunhar a solidificação do actual processo de retoma económica na zona euro deverá levar ao abandono ou redução de medidas de estímulo da actividade económica baseadas na política monetária, nomeadamente será previsível a ocorrência do aumento das taxas de juro já em 2007. A obtenção de melhores indicadores orçamentais é imprescindível, em particular nos países que registam ainda défices elevados, mas outras medidas se impõem para avançar para uma situação orçamental sustentável. Reformas adicionais destinadas a reforçar o mercado único melhorariam a performance económica da zona euro assim como a resistência desta zona a possíveis choques.

As projecções sobre a taxa de inflação esperada para os próximos anos têm vindo a ser revistas em baixa por diversas organizações internacionais, traduzindo, essencialmente, a hipótese de uma baixa nos preços dos bens energéticos.

De acordo com dados do Eurostat, com os devidos ajustes de sazonalidade, a taxa de desemprego da zona Euro recuou 0,1 p. p. para 7,6% em Novembro, valor mínimo registado desde Janeiro de 2001.

Os últimos resultados de Dezembro fornecidos pelos inquéritos aos consumidores e às empresas, e compilados pela Comissão Europeia, indicam uma ligeira deterioração dos níveis de confiança

dos agentes económicos da zona Euro. Ainda assim, esse mesmo indicador manteve-se bastante próximo dos níveis máximos registados ao longo dos últimos seis anos.

✓ **Portugal**

Quadro 4 – Indicadores sobre a economia portuguesa

	2004	2005	2006 ^P	2007 ^P	2008 ^P
Taxas de Crescimento					
PIB	1,2	0,4	1,2	1,5	1,7
Consumo Privado	2,4	2,0	1,1	1,3	1,4
Consumo Público	2,5	1,8	0,0	0,0	-0,3
Investimento	0,9	-3,0	-2,6	0,4	2,2
Exportações	4,5	0,9	7,9	5,4	5,5
Importações	6,8	1,8	2,9	3,0	3,6
Contributo para o Crescimento do PIB					
Procura Interna	2,2	1,0	0,2	1,0	1,3
Investimento	0,2	-0,2	-0,1	0,0	0,0
Procura Externa Líquida	-1,1	-0,4	1,2	0,5	0,3
Taxa de Desemprego (%)	6,7	7,6	7,6	7,7	7,7
Taxa de Poupança (% do PIB)					
Taxa de Inflação (%)	2,5	2,1	2,9	2,2	2,1
Como percentagem do PIB					
Balança Comercial	-9,6	-10,4	-10,0	-9,5	-9,1
Balança de Transacções Correntes	-7,8	-9,5	-9,0	-8,7	-8,3
Balança de Pagamentos	-5,8	-7,9	-7,4	-7,3	-7,0
Défice Público (% do PIB)	-4,8	-5,1	-3,7	-3,2	-3,4

Fonte: Comissão Europeia, *Economic Forecast, Autumn 2006*, Novembro 2006

A intensificação do processo de expansão económica na Europa relançou as exportações e o

crescimento do PIB em Portugal no ano de 2006. As perspectivas de evolução da economia portuguesa no período 2007-2008 apontam para uma aceleração gradual da actividade económica, num contexto de correcção de alguns desequilíbrios internos a nível macroeconómico e de crescimento moderado dos preços no consumidor. O crescimento do PIB no período em análise implica, no entanto, a manutenção do processo de divergência real da economia portuguesa face à zona Euro, embora se preveja que o crescimento da economia portuguesa se aproxime do crescimento médio nessa área mais para o fim do período.

O crescimento da economia portuguesa em 2006 foi marcado pelo reduzido contributo da procura interna, reflectindo a forte queda do investimento e do consumo privado. Em contrapartida, o contributo das exportações terá registado valores de crescimento ligeiramente acima de 1 ponto percentual, resultando do crescimento significativo das exportações, conjugado com uma evolução moderada das importações. A previsão para o corrente ano aponta uma recuperação gradual da procura interna e um abrandamento das exportações.

O consumo privado deverá ter desacelerado entre 2005 e 2006, registando um crescimento médio anual em linha com o PIB, e inferior ao observado na área do Euro, facto este contrário ao que tem vindo a acontecer nos anos mais recentes. A ligeira aceleração do consumo privado que se prevê ao longo de 2007 e de 2008 estará associada a condições progressivamente mais favoráveis no mercado de trabalho, em particular a uma estabilização da taxa de desemprego, e a uma aceleração do rendimento disponível real, marcada por um aumento dos salários reais, simultaneamente com uma redução do crescimento dos impostos directos pagos pelas famílias. Desta forma, espera-se verificar uma melhoria das expectativas dos consumidores já em 2007.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) terá registado mais uma diminuição em 2006. Para 2007 projecta-se uma recuperação do investimento, a qual deverá voltar a registar taxas de crescimento positivas, estendendo-se este perfil de recuperação para 2008.

Os preços, medidos pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), deverão ter registado um crescimento de cerca de 3% em 2006 (2,1% em 2005). Este aumento da inflação de cerca de 1 p. p. terá sido determinado não apenas pela aceleração significativa dos preços de importação de bens não energéticos, como terá ainda reflectido a aceleração dos preços de alguns bens alimentares, o impacto dos aumentos do Imposto sobre o Tabaco e os efeitos desfasados

associados ao aumento da taxa normal do IVA introduzido em Julho de 2005. A actual projecção aponta para uma descida progressiva da inflação em 2007 e 2008, para 2,2% e 2,1%, respectivamente, decorrente da forte desaceleração dos preços dos bens energéticos e da dissipação do efeito relacionado com o aumento da taxa normal de IVA referido, num contexto de crescimento moderado dos preços de importação dos bens não energéticos e dos custos laborais.

A actual política económica, visando a obtenção de determinadas metas de recuperação orçamental, irá exigir uma forte disciplina no âmbito da despesa. Este esforço contribuirá para a melhoria a longo prazo da performance da economia portuguesa, o que, em conjunto com o reforço do capital humano e uma intensificação da concorrência no mercado nacional, tenderá a permitir alcançar aumentos de produtividade, melhorando a capacidade de Portugal se adaptar aos choques externos.

Mercado de crédito

Pela análise dos Inquéritos aos Bancos sobre o Mercado de Crédito realizada pelo Banco de Portugal, ao longo de 2006, podemos constatar uma estabilidade nos critérios seguidos para aprovação de empréstimos, quer da oferta, quer da procura de crédito.

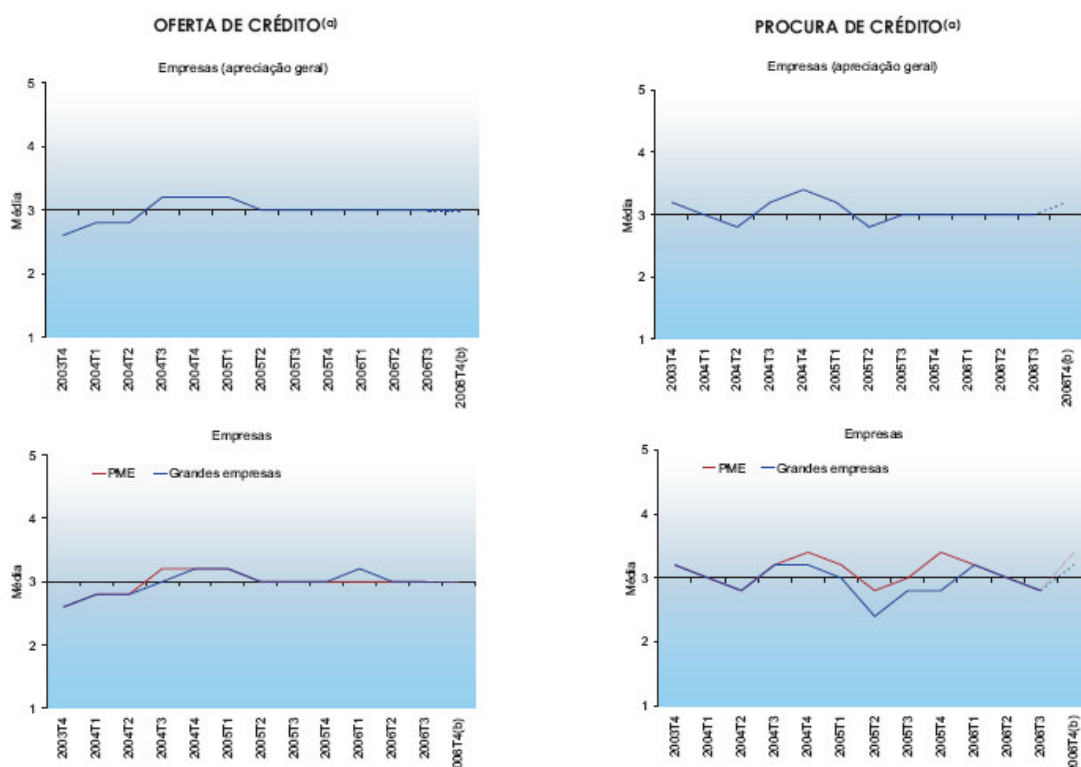
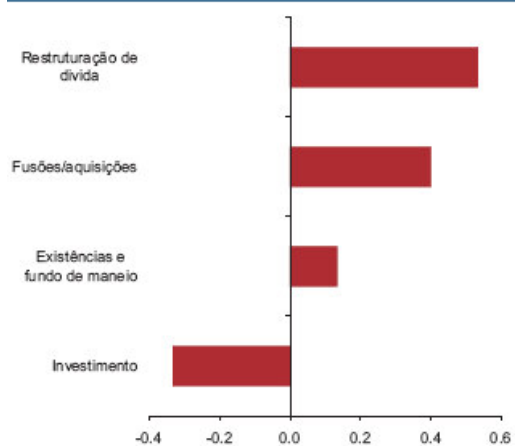


Figura 1 Evolução da Oferta e Procura de Crédito a Empresas in Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito (Banco de Portugal, Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito - Outubro/2006)

Neste último trimestre verifica-se uma melhoria de perspectiva na percepção de riscos quanto à actividade económica em geral sendo que a pressão exercida pela concorrência de outras instituições bancárias é o factor mais enfatizado.

Entre os factores de maior procura de crédito encontra-se a reestruturação empresarial e reestruturação de dívida por oposição ao financiamento de investimento, menos procurado.

FACTORES PARA O CRESCIMENTO DO CRÉDITO BANCÁRIO ÀS EMPRESAS^(a)



Fonte: Banco de Portugal (Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito – Abril, Julho e Outubro).

Nota: (a) Saldos de respostas ponderadas expressos em desvíos face à situação neutral (valor neutro=3).

Análise Económica e Financeira

A AGROGARANTE – Sociedade de Garantia Mútua, S. A. foi constituída em Junho de 2006, mas, na realidade, iniciou a sua actividade apenas a 2 de Janeiro de 2007. Por esse motivo, as contas de 2006 reflectem, fundamentalmente, a realização e aplicação do capital social, e a aquisição em regime de locação financeira das instalações onde está sediada em Coimbra.

O resultado antes de impostos totalizou, no exercício de 2006, 5,8 mil euros. O imposto sobre lucros estimado ascende a 1,7 mil euros, representando uma taxa de 1,7% do total de proveitos e de 29,3% do resultado antes de impostos.

RESULTADO	2006	
	€uros	%
Total de Proveitos	102 910,97	100,0
Total de Custos	97 104,53	94,4
Resultado Antes de Impostos	5 806,44	5,6
Impostos sobre Lucros	1 701,67	1,7
Resultado do Exercício	4 104,77	4,0

Notas: t.c.a. - taxa de crescimento anual; % do total de proveitos

Os proveitos obtidos em 2006 restringem-se aos juros decorrentes da aplicação do capital social da sociedade, tendo totalizado 102,9 mil euros.

PROVEITOS	2006	
	€uros	%
Juros e Rendimentos Similares	102 910,97	100,0
TOTAL	102 910,97	100,0

Nota: t.c.a. - taxa de crescimento anual

A rubrica de juros e encargos similares refere-se, na sua totalidade, ao valor dos juros do contrato de locação financeira celebrado para aquisição das instalações da Sociedade. À data de Dezembro

de 2006, a sociedade não tinha, ainda, quadro de pessoal constituído, pelo que o valor registado na rubrica de custos com pessoal espelha unicamente a remuneração dos órgãos sociais nas reuniões ocorridas durante o exercício agora findo.

CUSTOS	2006	
	€uros	%
Juros e Encargos Similares	14 043,73	13,6
Encargos com Serviços e Comissões	778,30	0,8
Gastos Gerais Administrativos	55 274,82	53,7
Custos com Pessoal	3 000,00	2,9
Outros Encargos de Exploração (2)	24 007,68	23,3
Total de Custos antes de Impostos	97 104,53	94,4

Notas: t.c.a. - taxa de crescimento anual; % do total de proveitos; (1) inclui *impostos* (não sobre os lucros).

Os gastos gerais administrativos incluem cerca de 42,4 mil euros referentes aos serviços contratados para formação da equipa e preparação logística necessária ao início de actividade. A rubrica de outros encargos de exploração refere-se, na sua totalidade, aos gastos associados à escritura de constituição da Sociedade.

O Activo da Agrogarante ascende a cerca de 7,1 milhões de euros, incluindo o valor relativo às instalações próprias de 1,4 milhões de euros.

Refira-se, finalmente, que a Sociedade não é devedora de quaisquer importâncias ao Estado ou à Segurança Social, encontrando-se regularizada a sua situação perante estas Entidades.

Perspectivas Futuras

A Agrogarante, em sinergia com as restantes entidades ligadas ao Sistema Nacional de Garantia Mútua, as entidades públicas, com especial destaque para o IFADAP, assim como com a banca accionista e as associações empresariais, pretende contribuir de forma importante para facilitar o acesso ao financiamento pelas Micro e Pequenas e Médias Empresas, através da prestação das garantias necessárias à sua actividade corrente.

Pretende, também, manter uma presença forte nas acções destinadas ao aumento da notoriedade do produto Garantia Mútua, certamente potenciado com as campanhas de marketing e comunicação da Garantia Mútua, previstas para 2007.

As parcerias perspectivadas, com a banca accionista, ao nível dos protocolos e da celebração de linhas de financiamento de PME com garantia das Sociedades de Garantia Mútua, permitem antever crescimentos significativos da actividade ao longo do ano agora iniciado.

Ao mesmo tempo, a parceria estratégica da Garantia Mútua com as iniciativas futuras de entidades públicas ligadas à dinamização empresarial, como é o caso do novo Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013, permitirão alcançar os resultados perspectivados para a actividade, esperando-se que a Agrogarante venha a encerrar o exercício de 2007 com um volume de garantias prestadas superior a 10 Milhões de Euros.

Naturalmente, a actividade da sociedade para 2007 será ainda afectada pelas consequências da conjuntura desfavorável que se verificou nos últimos anos, com efeitos significativos na tesouraria das empresas e na ausência de investimentos, levando à utilização de critérios de prudência acrescidos na análise das operações, bem como a um acompanhamento muito próximo da carteira de garantias.

Importa salientar que a área de influência da Agrogarante é caracterizada por uma forte especialização em sectores de actividade Agro-Industriais, Florestas e Agricultura de cariz mais tradicional, sujeitos a uma evolução perspectivada pouco favorável, para 2007 e para os próximos anos, com um natural aumento das dificuldades em que as empresas destes sectores operam, para além da natural imponderabilidade dos factores climáticos.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de expressar o nosso especial agradecimento aos nossos Accionistas privados e públicos e, muito especialmente, aos Mutualistas, que continuarão a encontrar na Agrogarante o maior empenho em manter o espírito de parceria criado.

Expressamos, também, aos restantes Órgãos Sociais o nosso agradecimento pela disponibilidade sempre presente nas respectivas áreas de actuação.

À SPGM expressamos o reconhecimento pelo empenho e disponibilidade no apoio prestado nas diferentes áreas à Sociedade, nomeadamente na formação e ao desenvolvimento do Sistema de Garantia Mútua português.

À Norgarante, à Lisgarante e à Garval, reconhecemos a colaboração e o empenho na procura das melhores práticas, no apoio na formação dos quadros da Agrogarante e o esforço conjunto de aumento da visibilidade da garantia mútua.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com a lei e os Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração propõe que a Assembleia-geral aprove a seguinte aplicação do resultado apurado no exercício de 2006, no valor de € 4 104,77:

• Para Reserva Legal	410,00 €
• Para Fundo Técnico de Provisões (conforme art. 9.º do Decreto-Lei n.º 211/98)	3 694,77 €

Coimbra, 14 de Fevereiro de 2006.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José António Ferreira de Barros – Presidente

José Egídio Barbeito

José Fernando Ramos de Figueiredo

Mário Manuel Garcia Faria Gaspar

Carlos Alberto Rodrigues Alexandre

III. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO

	Ano 2006		Valor líquido
	Valores antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	
	1	2	3=1-2
ACTIVO			
Caixa e disponibilidade em bancos centrais			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	34 621,06		34 621,06
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados			
Activos financeiros disponíveis para venda			
Aplicações em instituições de crédito	5 707 034,65		5 707 034,65
Crédito a clientes			
Investimentos detidos até à maturidade			
Activos com acordo de recompra			
Derivados de cobertura			
Activos não correntes detidos para venda			
Propriedades de investimento			
Outros activos tangíveis	1 390 971,56		1 390 971,56
Activos intangíveis			
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos			
Activos por impostos correntes			
Activos por impostos diferidos			
Outros activos	1 145,27		1 145,27
Total de Activo	7 133 772,54	0,00	7 133 772,54

Ano 2006

Passivos Eventuais
- Garantias e Avaes
- Outros

Compromissos

	Valores antes de provisões, imparidade amortizações 1	Ano 2006 Provisões, imparidade e amortizações 2	Valor líquido 3=1-2
PASSIVO			
Recursos de bancos centrais			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados			
Recursos de outras instituições de crédito			
Recursos de clientes e outros empréstimos			
Responsabilidades representadas por títulos			
Passivos financeiros associados a activos transferidos			
Derivados de cobertura			
Passivos não correntes detidos para venda			
Provisões			
Passivos por impostos correntes	1 701,67		1 701,67
Passivos por impostos diferidos			
Instrumentos representativos de capital			
Outros passivos subordinados			
Outros passivos	1 127 966,10		1 127 966,10
Total de Passivo	1 129 667,77	0,00	1 129 667,77
CAPITAL			
Capital	6 000 000,00		6 000 000,00
Prémios de emissão			
Outros instrumentos de capital			
Acções próprias			
Reservas de reavaliação			
Outras reservas e resultados transitados			
Resultado do exercício	4 104,77		4 104,77
Dividendos antecipados			
Total de Capital	6 004 104,77	0,00	6 004 104,77
Total de Passivo + Capital	7 133 772,54	0,00	7 133 772,54

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José António Ferreira de Barros – Presidente

José Egídio Barbeito

José Fernando Ramos de Figueiredo

Mário Manuel Garcia Faria Gaspar

Carlos Alberto Rodrigues Alexandre

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

António Carlos Gonçalves Lopes - TOC n.º 8125

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Ano 2006
Juros e rendimentos similares	102 910,97
Juros e encargos similares	-14 043,73
Margem financeira	<u>88 867,24</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	
Rendimentos de serviços e comissões	
Encargos com serviços e comissões	-778,30
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de reultados	
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	
Resultados de reavaliação cambial	
Resultados de alienação de outros activos	
Outros resultados de exploração	-24 007,68
Produto Bancário	<u>64 081,26</u>
Custos com pessoal	-3 000,00
Gastos gerais administrativos	-55 274,82
Amortizações do exercício	
Provisões líquidas de reposições e anulações	
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	
Resultado antes de impostos	<u>5 806,44</u>
Impostos	
Correntes	- 1 701,67
Diferidos	
Resultado após impostos	<u>4 104,77</u>

s

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José António Ferreira de Barros – Presidente

José Egídio Barbeito

José Fernando Ramos de Figueiredo

Mário Manuel Garcia Faria Gaspar

Carlos Alberto Rodrigues Alexandre

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

António Carlos Gonçalves Lopes - TOC nº 8125

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(VALORES EM EUROS)

INTRODUÇÃO

As notas 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49 e 50 previstas no Plano de Contas para o Sistema Bancário não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar.

NOTA 3 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

I. Especialização de exercícios

A Sociedade segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em todas as rubricas de custos e proveitos.

II. Imobilizado – Activos tangíveis e intangíveis

Os activos tangíveis classificados como imobilizado da Sociedade estão valorizados ao custo de aquisição.

III. Estimativa de impostos sobre lucros

Os impostos correntes são estimados de acordo com a legislação aplicável. Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que haja lugar a diferenças temporárias entre os princípios contabilísticos geralmente aceites e as regras fiscais vigentes.

NOTA 11 - MOVIMENTOS DO ACTIVO IMOBILIZADO

Contas	Aumentos					Abates (líquido)	Valor líquido em 2006-12-31
	Aquisições	Reavaliação (líquido)	Transferências	Amortização do exercício	Alienações (líquido)		
OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS							
Equipamento	516,90						516,90
Locação Financeira - Imóveis	1 390 454,66						1 390 454,66
Total	1 390 971,56				-	-	1 390 971,56

O imobilizado da Agrogarante, embora adquirido em 2006, não teve, no exercício agora findo, reintegrações do exercício, uma vez que este só teve início de utilização efectiva a 2 de Janeiro de 2007.

NOTA 14 - CRÉDITOS SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	Aplicações em Instituições de Crédito (1)
	2006
Prazos	
Até 3 meses	5 707 034,65
De 3 meses a 1 ano	
De 1 a 5 anos	
Mais de 5 anos	
Duração Indeterminada	
	5 707 034,65

(1) Releva os montantes das aplicações constituídas pela Agrogarante em depósitos a prazo assim como o valor referente a juros vincendos

O valor de juros incluídos na rubrica de créditos sobre instituições de crédito ascende a cerca de 57 mil euros.

NOTA 31 – OUTROS ACTIVOS E PASSIVOS

	<u>Outros Activos 2006</u>		<u>Outros Passivos 2006</u>
Contas de regularização		Outros Passivos	
		Credores diversos	71 899,72
Despesas com encargo diferido	313,47	Fornecedores de Imobilizado	1 055 081,37
Outras contas de regularização	831,80	Outras exigibilidades	985,01
	<u>1 145,27</u>		<u>1 127 966,10</u>

O saldo de credores diversos evidencia, na sua quase totalidade, a dívida da AGROGARANTE à SPGM, resultante da facturação de serviços relativos à formação da equipa e preparação logística necessária ao efectivo início de actividade, e da restituição do valor dos encargos que, por conta da AGROGARANTE, a SPGM foi liquidando ao longo do período em que a Sociedade não possuía ainda estrutura administrativa de suporte à gestão corrente.

O passivo financeiro da sociedade limita-se às dívidas decorrentes dos contratos de locação financeira de imobilizado (instalações próprias), cujo valor é de 1,055 milhões de euros. O passivo financeiro da empresa representa 14,8% do valor do activo líquido total da sociedade.

As outras exigibilidades reflectem os valores a pagar ao Estado em relação a retenções de imposto sobre o rendimento e imposto de selo do mês de Dezembro.

NOTA 34 – VOLUME DE EMPREGO

Administração

5

NOTA 35 - REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

	<u>2006</u>
Conselho de Administração	3 000,00
	<u>3 000,00</u>

Não existem adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

NOTA 39 - OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

	<u>2006</u>
Outros resultados de exploração:	
Custos	
Impostos	24 007,68
	<u>24 007,68</u>

O valor registado na rubrica de impostos refere-se a imposto de selo da escritura da constituição da sociedade.

NOTA 41 – CARGA FISCAL

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de IRC e correspondente derrama.

	<u>2006</u>
Estimativa de impostos	1 701,67
Imposto pago	

NOTA 45 - OPERAÇÕES DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

	Valor Bruto	Reintegrações	Valor Líquido 31-12-06
Imobilizado regime locação financeira	1 142 122,49		1 142 122,49
	1 142 122,49	-	1 142 122,49

OUTRAS INFORMAÇÕES

A Sociedade não é devedora de quaisquer importâncias ao Estado ou à Segurança Social, Entidades perante as quais a sua situação se encontra regularizada.

O Conselho de Administração

José António Ferreira de Barros - Presidente

José Egídio Barbeito

José Fernando Ramos de Figueiredo

Mário Manuel Garcia Faria Gaspar

Carlos Alberto Rodrigues Alexandre

O Técnico oficial de Contas

António Carlos Gonçalves Lopes

TOC nº 8125

ANEXO

Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de Dezembro de 2006, nenhuma das pessoas singulares integrantes dos órgãos sociais da Sociedade detinha qualquer participação de capital na Agrogarante – Sociedade de Garantia Mútua, S. A.. Por sua vez, as entidades representadas por essas pessoas eram titulares das seguintes participações no Capital Social da Agrogarante:

- IFADAP – Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas 2 800 000 acções
- Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo 200 000 acções
- Banco BPI, S. A. 100 000 acções .

Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de Dezembro de 2006, a relação dos accionistas com mais de 10% de participação no Capital Social da Sociedade era a seguinte:

- IFADAP – Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas 46,67%
- SPGM – Sociedade de Investimento, S. A. 18,33% .

Estrutura accionista da Sociedade

ESTRUTURA ACCIONISTA INICIAL	AGROGARANTE – SGM, S. A.	
IFADAP	2 800 000,00	46,67%
Total Agências Públicas	2 800 000,00	46,67%
SPGM	1 100 000,00	18,33%
Total Agências Públicas + SPGM	3 900 000,00	65,00%
Grupo Banco BPI, S. A.	100 000,00	1,67%
Grupo Banco Espírito Santo, S. A.	100 000,00	1,67%
Grupo Banco Comercial Português, S. A.	100 000,00	1,67%
Caixa Geral de Depósitos, SA	100 000,00	1,67%
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	200 000,00	3,33%
Total Bancos	600 000,00	10,00%
PME e Associações – mutualistas	1 500 000,00	25,00%
TOTAIS	6 000 000,00	100,00%

IV. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas

Em cumprimento do disposto na lei e no contrato de sociedade, compete-nos submeter à Vossa apreciação o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e parecer sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiros apresentados pelo Conselho de Administração da AGROGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A., com referência ao exercício findo em 2006 Dezembro 31.

Desde a sua constituição, acompanhámos a actividade da Empresa, verificando, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, os quais satisfazem as disposições legais e do contrato de sociedade. Foram-nos sempre pontualmente prestados, pelo Conselho de Administração e pelos Serviços, todos os esclarecimentos de que necessitámos para o adequado desempenho das nossas funções.

Das verificações efectuadas, pudemos concluir que:

- 1) O Relatório de Gestão explica, com suficiente clareza, a evolução dos negócios sociais durante o exercício e as perspectivas futuras.
- 2) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados na preparação das contas são adequados e encontram-se devidamente divulgados no Anexo.
- 3) O Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas e o respectivo anexo satisfazem os preceitos legais e estatutários e reflectem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.

Nestes termos, somos de parecer que aproveis:

- a) O Relatório de Gestão e as contas referentes ao exercício findo em 2006 Dezembro 31.

- b) A proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação dos resultados do exercício.

Porto, 2007 Fevereiro 28

O Fiscal Único

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.,

representada por

(António Augusto dos Santos Carvalho, R.O.C. n.º 16)

V. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **AGROGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 2006 Dezembro 31 (que evidencia um total de activo de € 7 133 773 e um total de capital próprio de € 6 004 105, incluindo um resultado líquido de € 4 105), a Demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o

mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **AGROGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.**, em 2006 Dezembro 31 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para as instituições sujeitas à supervisão do Banco de Portugal.

8. É também nosso parecer que a informação financeira constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

Porto, 2007 Fevereiro 28

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.,
representada por

(António Augusto dos Santos Carvalho, R.O.C. n.º 16)